



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGEO



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”  
São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

---

## POLITICAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO SOCIAL EM SERGIPE, 2000 A 2010

**Alan Juliano da Rocha Santos**

Doutorando/Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Sergipe.

E-mail de contato: [alanjulianor@gmail.com](mailto:alanjulianor@gmail.com)

**Prof. Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Alves França**

Orientadora e professora do Departamento de Pós-graduação em Geografia – UFS

E-mail de contato: [verafranca@gmail.com](mailto:verafranca@gmail.com)

O estudo de políticas públicas diante das condições de exclusão social se faz presente em nível mundial, em 2000, e 191 países firmaram um pacto internacional, a Declaração do Milênio. Na ocasião a Organização das Nações Unidas (ONU) deu início ao delineamento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a serem alcançados até 2015, por meio de ações de combate à pobreza e à fome, promoção da educação, da igualdade de gênero, de políticas de saúde, saneamento, habitação e meio ambiente. Para atingir esses objetivos, a ONU apresentou um conjunto de 18 metas, a serem monitoradas por 48 indicadores, que incorporam o que é possível implementar, mensurar e comparar em escala mundial.

O Governo Federal assumiu compromissos ambiciosos prevendo metas para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre eles, reduzir a um quarto a pobreza extrema da população que vive com renda inferior a 1 dólar por dia. Grande parte da redução das desigualdades, no Brasil, é consequência direta dos programas sociais de grande envergadura lançados pelo Governo, mas o Relatório Nacional menciona, 7,5 milhões de pessoas continuam vivendo em situação de extrema pobreza.

A erradicação da extrema pobreza representa, atualmente, a meta mobilizadora e agregadora de grande parte dos programas, iniciativas e ações de planejamento nas Secretarias e Órgãos da administração pública estadual, quanto ao desenvolvimento das políticas públicas. O Brasil internalizou esse objetivo macro em seu planejamento governamental. O plano Brasil Sem Miséria é reflexo do alinhamento do governo federal com os organismos

internacionais e foi elaborado considerando três eixos coordenadores das ações: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

Neste sentido a pesquisa tem o objetivo de analisar a intervenção do Estado, através das políticas públicas para a redução da exclusão social e promoção do desenvolvimento regional em Sergipe a partir do entendimento da relação entre os investimentos do governo e a redução da exclusão social no estado entre 2000 e 2010. O Estado de Sergipe conta com uma extensão de 21.910,34 km<sup>2</sup>, correspondendo a 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste. É formado por 75 municípios, as sedes municipais se constituem em cidades que estão todas interligadas à Aracaju, a capital, para onde ocorre a maior intensidade dos fluxos, tendo em vista as condições de acessibilidade facilitadas por um sistema de rodovias radiais.

Apesar de Aracaju ser uma das capitais com menor índice de exclusão social, 12,10%, o estado de Sergipe foi caracterizado como o segundo estado nordestino com maior índice de exclusão, 36,08%. Conforme pesquisa realizada por Lemos com dados do Censo Demográfico, de 2000, realizado pelo IBGE.

Refletindo a meta global do Plano Brasil Sem Miséria, o governo de Sergipe promoveu um alinhamento estratégico com o governo federal, e no planejamento do ciclo atual, definiu dentro de sua missão a erradicação da extrema pobreza, que representa atualmente a meta mobilizadora e agregadora de todos os programas, iniciativas e ações do planejamento governamental a partir de eixos de atuação, programas temáticos, iniciativas e ações relacionadas ao mapa estratégico que orienta a atuação integrada e sistemática entre as Secretarias e Órgãos da administração pública estadual sergipana quanto ao desenvolvimento das políticas públicas. O governo do estado de Sergipe segue por essa vertente e caminha implantando o Plano Sergipe Sem Miséria, que pretende retirar da linha de pobreza, atualmente estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, cerca de 300.000 habitantes.

Segundo informações do governo estadual, todo o recurso financeiro investido nas políticas sociais efetivadas pela Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (SEIDES) vem das seguintes fontes: (1) Recursos diretos do Tesouro do Estado; (2) Recursos Próprios, através da arrecadação do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP); (3) Recursos Captados junto ao Governo Federal mediante convênios ou contratos de repasse; (4) Recursos transferidos pelo Governo Federal do Fundo Nacional da Assistência Social para o Fundo Estadual da Assistência Social.

O método para esta pesquisa consiste na produção de índices simples e compostos que resultam de porcentagens geradas a partir de combinação de informações provenientes dos

micro dados do censo do IBGE 2000 e 2010, criando índices de variação temporal absoluto e relativo. Procedimentos econométricos como Componentes Principais e Variância Estocástica, serão usados para calcular os pesos a ser adotados nos indicadores e explicar qual tema melhor contribui para explicar a exclusão multidimensional. O processo de levantamento das ações do estado está sendo feito juntamente com a Casa Civil do Governo do Estado de Sergipe através de visita de campo com auxílio de GPS e armazenados em um Banco de Dados Geográfico através de software de Sistema de Informações Geográficas SIG. Também serão usados dados do Cadastro Único para esclarecer o alcance dos programas sociais. Técnicas de análise espacial, mapas de térmicos, mapas de densidade e álgebra de mapas serão usados na CGC (Cartografia Geográfica Crítica) gerando cartogramas que deverão mostrar as regiões de vulnerabilidade social no âmbito da exclusão social e espacialização dos investimentos públicos no estado.

Notável os esforços empregados pelos Governos Federal e Estadual, além dos Bancos financiadores que adotaram o mesmo caminho, redução da pobreza. Por causa de críticas como há falta de recursos para garantir uma burocracia de qualidade, a dificuldade do Estado em cumprir certas tarefas fundamentais na redução da pobreza é percebida e surge a necessidade de reformas estruturais do Estado, para poder garantir a execução de programas públicos de forma eficaz. Manutenção de políticas econômicas estáveis, investimento em serviços sociais básicos, política ambiental são requisitos importantes, mas que impõem problemas na agenda do Estado. É a primeira vez, no Brasil e em Sergipe, que indicadores de desigualdade diminuem num período de crescimento da economia. Novas políticas sociais foram implantadas no estado de Sergipe, isso pode permitir ao governo que adquira a capacidade de gestar sua própria estratégia de desenvolvimento. Sergipe, assim como o Brasil, está se inserindo em um modelo de crescimento e desenvolvimento humano e social em busca da redução da pobreza, mas isto só ocorrerá quando esta realidade regional for decifrada.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEMOS, J.J.S. **Patterns of economic and social development achieved by the less developed countries** (LDC). Fortaleza : Universidade Federal do Ceará. (November, 1997). 45 p. (Research Relatory)

LEMOS, J.J.S. **Diagnose geopolítico-ambiental da pobreza: O Brasil no contexto dos países menos desenvolvidos**. São Luís/Fortaleza. 1998. 184 p.

LEMOS, J.J.S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. São Luís/Fortaleza. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cezar. **Geografia: Conceitos e Temas**. Bertran Brasil, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Indicadores Territoriais de Exclusão / Inclusão Social e Sistemas de Informações Geográficas como Suporte ao Direcionamento de Políticas Públicas**. Anais do I Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. Aracaju, 2000.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1996

Censo 1991, 2000 e 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>, 2010

<http://www.dominiopublico.gov.br>

<http://observatorio.se.gov.br>

Atlas de Desenvolvimento Humano.

SEIDES (Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social)

SEPLAG (Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão)